



FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - FADUSP
DEPARTAMENTO DE DIREITO DO ESTADO - DES
PROFESSOR TITULAR ELIVAL DA SILVA RAMOS
DES0223 - Direito Constitucional I: Direitos Fundamentais
Turmas 11 e 12 do 2ª Ano Diurno – 1º Semestre / 2020

Questões – Tema 11 – Remédios Constitucionais

1. (XVI EXAME DE ORDEM UNIFICADO – 17/05/2015) Uma entidade de classe de servidores públicos ajuizou mandado de segurança coletivo contra decisão do Diretor Geral de um dado órgão público federal. Alegou que a decisão administrativa por ele proferida deixou de considerar direitos consolidados de uma das categorias que representa. O Diretor Geral informou ao seu advogado reconhecer que a questão sobre a existência ou não do direito em discussão envolvia grande complexidade jurídica. Esclareceu, ainda, que, apesar de alguns órgãos públicos aplicarem o direito almejado pelo impetrante, a maior parte não o reconhecia. Diante do relato acima, responda aos itens a seguir. A) No caso em questão, havendo dúvidas quanto à certeza em matéria de direito, é possível movimentar o Poder Judiciário pela via do mandado de segurança? Justifique. B) A entidade de classe em questão possui legitimidade para impetrar o mandado de segurança coletivo, ainda que a pretensão veiculada diga respeito a apenas uma parte da categoria que representa? Justifique.
2. (XX EXAME DE ORDEM UNIFICADO (Reaplicação Porto Velho/RO) – 09/10/2016) Joaquim Silva, português equiparado em direitos civis e políticos, preocupado com a probidade na República, impetrou habeas data contra ato do Presidente da Assembleia Legislativa de seu Estado, pois este não respondera a pedido de expedição de certidão que comprovaria a suposta participação de deputados estaduais em fraudes a licitações de obras públicas. Aduziu que o



FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - FADUSP
DEPARTAMENTO DE DIREITO DO ESTADO - DES
PROFESSOR TITULAR ELIVAL DA SILVA RAMOS
DES0223 - Direito Constitucional I: Direitos Fundamentais
Turmas 11 e 12 do 2ª Ano Diurno – 1º Semestre / 2020

Presidente da Casa Legislativa já havia se negado a expedir a certidão e que ela seria fundamental para as investigações que vinham sendo realizadas pelo Ministério Público. Em resposta ao writ, o Presidente da Assembleia Legislativa requer que a ação não seja conhecida, sob a alegação de que todo e qualquer remédio constitucional é garantia concedida pela Constituição da República Federativa do Brasil apenas a brasileiros natos. Considerando a situação hipotética apresentada, responda, de forma fundamentada, aos itens a seguir. A) Ser cidadão brasileiro nato é condição para a impetração do habeas data? B) É cabível a impetração do habeas data na hipótese?

3. A liberdade de ir em uma manifestação política pode ser garantida por meio de impetração de habeas corpus? Justifique.